



A ESQUERDA MILITAR NO BRASIL: OS VETERANOS COMUNISTAS DA FEB (1945-1950)¹

Carlos Henrique Lopes Pimentel²
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resumo: Este trabalho busca realizar uma análise sobre os ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial e a organização destes em associações. O objeto de pesquisa consiste no estudo dos veteranos comunistas da Força Expedicionária Brasileira e a conseqüente disputa pelo controle político das associações de veteranos brasileiros. Para tanto, estuda-se a trajetória e a ação dos ex-combatentes de esquerda no interior das associações dos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra. O recorte temporal situa-se no período entre 1945-1950 momento em que estas se consolidavam como instituição, caracterizando-se pela participação ativa dos veteranos comunistas em suas direções e organizações.

Palavras-Chave: História Social; Brasil República; Militares e Política.

LEFT MILITARY IN BRAZIL: COMMUNIST VETERANS OF FEB (1945-1950)

Abstract: This paper seeks to complete an analysis of the Brazilian ex-combatants of World War II and the organization of these associations, the object of research is the study of veterans of the communist Brazilian Expeditionary Force and the consequent struggle for political control of the Brazilian association of veterans. To this end, we study the history and the action of ex-combatants from the left inside of the Association of Brazilian ex-combatants of WWII. The time frame is set in the period between 1945-1950 when they were consolidated as an institution, characterized by active participation of veterans in their direction and communist organizations.

Keywords: Social History; Brazil Republic; Military and Politics.

Introdução

No decorrer das últimas décadas, as pesquisas sobre a História Político-Militar do Brasil encontram-se em transformação. O maior acesso às fontes e o aumento

¹ Trabalho apresentado, com pequenas adequações, no Simpósio Temático Territórios do Político no XII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, realizado em Irati-Pr entre os dias 09 e 12 de outubro de 2010.

² Pós Graduando *stricto sensu* em História Social da UEL (em andamento), especialista em História Social e Ensino de História, graduado em História pela mesma instituição. Email: carloshistoriauel@ig.com.br



significativo de pesquisadores composto de civis e militares que se dedicam aos estudos neste campo alargou interesses, resultando em uma ampliação historiográfica sobre as Forças Armadas no Brasil. Consequentemente, o debate acerca do tema vem crescendo em sua variação temática mudando os aspectos teóricos e metodológicos com proveitos recíprocos. Um dos tópicos que tem atraído a atenção dos pesquisadores é a Força Expedicionária Brasileira (FEB). As novidades nesta área de estudos despertaram o interesse dos novos pesquisadores que vêm ampliando os campos de pesquisa nessa temática. Memória, a reintegração social dos veteranos de guerra e as associações de ex-combatentes têm sido algumas dessas mudanças. Porém, a historiografia brasileira relega alguns personagens importantes, que por possuírem orientações políticas diferentes aos altos escalões do Estado Maior das Forças Armadas, foram posteriormente esquecidos conforme a visão de Moraes de que:

*A existência de uma esquerda militar parecerá duvidosa a todos aqueles que, tendo presentes ao espírito os últimos quarenta anos de nossa história política, se esqueceram de que a atmosfera de anticomunismo obsessivo, a mentalidade anti-sindical, a concepção policianesca da “ordem interna” e outros sintomas característicos da mentalidade reacionária da corporação militar brasileira, não constituem uma fatalidade inexorável, mas o resultado (contingente, como o é qualquer “evento” histórico) da grande derrota sofrida pelas forças democráticas e antiimperialistas em nosso país em 1964.*³

Em sua obra “A esquerda militar no Brasil”, João Quartim de Moraes explica que, apesar das distintas perseguições, sempre houve a presença de militares de esquerda na história do Brasil, principalmente no período republicano. O autor cita os positivistas que proclamaram a República e lutaram pela abolição, alguns oficiais do movimento tenentista e os militares nacionalistas da década de 1950. Contudo, os integrantes das Forças Armadas que possuíam ideais esquerdistas, após o golpe civil-militar de 1964, foram praticamente extintos da Instituição Castrense.⁴ Esta perseguição

³ MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 33.

⁴ Ibidem, p. 42.



se iniciou de forma gradual, provocada pela derrota no levante comunista perpetuado na historiografia brasileira como Intentona Comunista de 1935, e refletiu nos oficiais de esquerda, sejam eles comunistas, nacionalistas ou progressistas. Raros membros das Forças Armadas de esquerda galgaram cargos militares no Brasil, pelo contrário, sempre foram combatidos e perseguidos.

Tal problemática apresenta-se como panorama no qual se insere o presente estudo sobre os comunistas da Força Expedicionária Brasileira, que pretende apresentar, por meio de uma análise historiográfica e documental, a existência de ex-combatentes brasileiros na 2ª Guerra Mundial de esquerda e a conseqüente disputa político-ideológica pelo controle da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB). As análises historiográficas centram-se na formação da AECB, na presença de uma Esquerda Militar e de um discurso anticomunista nas instituições militares, considerando, sobretudo, os trabalhos desenvolvidos por Ferraz e Moraes. O recorte temporal da pesquisa situa-se entre 1945 a 1950, período que abarca o governo Dutra e a redemocratização do país após a Era Vargas. Cabe ressaltar que mesmo as associações de ex-combatentes estando fora do regimento militar, fica impossível desassociá-las da organização hierárquica das Forças Armadas devido a grande influência exercida pelos oficiais nessas instituições.

A Força Expedicionária Brasileira

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) era formada por aproximadamente 25 mil brasileiros, que se transformaram em cidadãos-soldados para combater os países do Eixo na Campanha da Itália, entre 1944 e 1945, constituindo a única força de combatente oriunda da América Latina no continente europeu. Encerrado o conflito, os soldados brasileiros foram desmobilizados e a maioria dos expedicionários, composta de civis recrutados, buscou retornar às relações sociais e profissionais que tinham antes de participarem da guerra, convertidos agora em ex-combatentes.

A chegada dos pracinhas à então Capital Federal Rio de Janeiro causou, de início, comoção popular e festas de boas-vindas. Desfiles também os esperavam e a empolgação tomou conta de todos, pois foram recebidos como heróis. O mesmo ocorreu



nas outras cidades, além do que, havia o pagamento dos soldos devidos, o que dava aos pracinhas uma sensação de reconhecimento e bem estar, uma vez que gozavam de glórias e recompensas financeiras. Mas, esta fase não foi duradoura e esses combatentes logo caíram em esquecimento. Assim os agora veteranos de guerra buscaram retornar as suas vidas e rotinas. Inicialmente, os desejos dos veteranos da FEB eram voltar a seus trabalhos ou, no caso de estarem desempregados antes da partida, conseguir um emprego e retomarem suas vidas. Todavia, esses ex-combatentes não eram mais homens comuns, pois devido aos meses vivendo em outro meio social, presenciando os horrores de uma guerra, já não eram mais os mesmos. Esta mudança tornou-se evidente no surgimento de dificuldades na readaptação e nos conflitos em seus empregos, em suas famílias e na sociedade. Os problemas começaram quando se deu início à desmobilização oficial da FEB. Mesmo compartilhando com os Estados Unidos da América os planejamentos e a execução de todas as etapas de combate, as autoridades militares brasileiras não prepararam nenhuma ação política de reintegração social de seus combatentes, diferente do que acontecia em outros países como nos EUA, por exemplo, onde políticas de reintegração social dos ex-combatentes de guerra foram adotadas até pelo fato desses países já vivenciarem outras experiências do gênero. Nas nações aliadas, essa questão já era estudada desde o início da guerra, no entanto no Brasil quase nada foi feito de concreto, a não ser alguns estudos e planejamentos para os procedimentos de desmobilização e licenciamento das tropas⁵.

Se não bastasse a falta de planejamento na reintegração dos veteranos, havia ainda uma nítida má vontade com a FEB por parte de algumas autoridades do governo temente de alguma ação por parte das tropas que gozavam de prestígio popular após seu regresso. Dentro do Exército, os oficiais que preferiram permanecer no Brasil, por diversos motivos, temiam ser preteridos nas promoções pelos oficiais e praças da Força Expedicionária Brasileira. Segundo Ferraz⁶, a recepção dos militares *febianos* regulares nos quartéis foi fria e até mesmo hostil. O autor explica que a cúpula da hierarquia militar brasileira contribuiu para as dificuldades dos militares da FEB, destacando-os

⁵ FERRAZ, Francisco César Alves: **A guerra que não acabou**: A reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2003.p.183, 184.

⁶ FERRAZ, Francisco César Alves, op.cit. p.171,172.



para bases e guarnições distantes. Muitos ex-combatentes reclamavam que no cotidiano dos quartéis eram hostilizados pelos seus pares que não foram combater na Europa. Contudo, embora considerassem injusto o tratamento que recebiam nos quartéis, os militares expedicionários possuíam ainda assim uma carreira segura, pensão integral na reforma e direitos médicos garantidos. Ao contrário dos expedicionários civis que, sem a proteção do Exército, tiveram de lidar com problemas mais críticos, pois reintegraram-se à vida cotidiana em uma sociedade que não conhecia os horrores da guerra e que não estava preparada para recebê-los. Já nas primeiras semanas após o retorno, quase todos os ex-combatentes sentiram, em maior ou menor grau, dificuldades no convívio social com a população não combatente.

Ferraz⁷, em sua tese, elucida que as trajetórias dos veteranos brasileiros, que foram civis recrutados, foram variadas. Os que possuíam alguma formação escolar ou habilitações profissionais encontraram menores dificuldades, assim como os que antes da partida tinham algum cargo público. Mas o grosso do contingente expedicionário deparou-se com o medo do desemprego uma vez que os patrões eram obrigados, por lei, a readmitir seus empregados combatentes expedicionários, mas em seguida, sob alegação de desajustamentos e neuroses demitiam esses funcionários. As dificuldades de conseguir emprego cresciam pelo fato de a maioria dos *febianos* terem sido recrutados justamente na idade de capacitação profissional. Sem uma formação específica para trabalhar, muitos veteranos tiveram que enfrentar um mercado de trabalho desigual. Além de que, muitos ex-combatentes feridos em combates ou portadores de doenças contraídas na guerra tiveram que lidar com a má vontade burocrática para receberem auxílio e provar sua incapacidade física para o trabalho. Ferraz discorre que histórias de veteranos reduzidos à mendicância ou dependentes de favores da família eram comuns, e foram relatados nas memórias dos ex-combatentes e por alguns jornalistas⁸.

A Associação de Ex-Combatentes do Brasil: formação e disputa político-ideológica

⁷ FERRAZ, Francisco César Alves, op.cit. p.199-217.

⁸ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000.** São Paulo. Tese de Doutorado em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2003.



As dificuldades de adaptação fizeram ressurgir entre os pracinhas a idéia de criar associações de ex-combatentes, cogitada ainda em solo italiano. Os brasileiros foram influenciados por outras tropas aliadas, como a França, Inglaterra e Estados Unidos, que por já terem vivido essas dificuldades de readaptação oriundas de outros conflitos tinham constituído associações de ex-combatentes. A luta dessas associações de veteranos buscou adquirir direitos, benefícios e amparo aos milhões de associados, o que transformou as associações em uma grande força social e política. Em todo o mundo, as associações de ex-combatentes possuíam as mesmas funções, tendo em suas principais reivindicações a pressão por empregos e pensões, a reintegração social e a maior participação política. Assim, em 1º de outubro de 1945, foi fundada no Rio de Janeiro a primeira Associação de Ex-Combatentes do Brasil. A seguir, outras foram sendo criadas de maneira espontânea em varias cidades do país. Porém as associações brasileiras não possuíam a mesma força social e política de outros países. Neste sentido, Ferraz explica que

Embora o recrutamento tivesse sido nacional, embora a mobilização de homens para a guerra jamais pudesse ter passado despercebida, o fato é que os 25 mil homens representavam pouco mais de 0,06% da população brasileira em 1945. Sua importância, destarte, está muito mais no desempenho de seu papel como agente de memória social da participação brasileira na guerra do que como grupo de pressão político.⁹

Com o nascimento das associações, o veterano brasileiro podia rever seus companheiros de campanha, receber orientações de seus direitos, ajudar-se uns aos outros e, principalmente, constituir um espaço de vivência social e política, ou seja, as associações constituíam também um ponto de encontro e de eventos sociais de seus afiliados e familiares, assim como se instituíram como uma voz interlocutora legítima dos ex-combatentes brasileiros junto das autoridades. Fora deste espaço social não haveria possibilidade de pressão política, pois os veteranos encontravam-se espalhados

⁹ Ibidem, p.242.



pelo território nacional, principalmente pelo interior. Portanto, agrupar-se foi a melhor saída que os ex-combatentes encontraram para reivindicar por sua situação e direitos. Ademais, as associações também lutariam para preservar a memória da FEB.

De início, as associações agregaram ex-combatentes de diferentes localidades e com diferentes ideologias políticas. Segundo seu primeiro estatuto¹⁰, o intuito da associação girava em torno de promover a integração social entre os companheiros de combate na Itália, representando e defendendo os interesses coletivos da FEB perante os governantes, além de cuidar das questões relativas à memória dos ex-combatentes ao oferecer, na medida do possível, ajuda jurídica e social, ficando proibida nas associações qualquer ação política atrelada a algum partido político. Ficou também decidido em sua primeira convenção que as associações se organizariam de maneira colegiada, tendo seus representantes eleitos em chapas, apresentadas e votadas em assembleias gerais para períodos estabelecidos em seu estatuto. As várias sedes da AECB em todo o Brasil eram orientadas por um Conselho Nacional, órgão centralizador, composto por delegados escolhidos por votação, realizadas nas Convenções Nacionais bienais, nas quais todas as seções poderiam votar. Neste espaço também eram discutidas as principais pautas que, se aprovadas, constituiriam as práticas de todas as seções do país. A AECB possuía um periódico mensal, o jornal *Ex-Combatente*, editado pela seção do Rio de Janeiro para divulgar as notícias e preocupações dos veteranos em âmbito nacional. Outros jornais e boletins eram produzidos pelas seções estaduais, porém com abrangência regional.

A adesão dos ex-combatentes da FEB às associações ocorreu em seus primeiros anos de funcionamento, somando mais da metade dos associados. Porém, Ferraz¹¹ conclui que não se tem um dado preciso sobre a quantidade de pracinhas que se filiaram nas várias seções da AECB em todo Brasil, mas o número de adesões em algumas seções foi expressivo, como as do Rio de Janeiro, de Curitiba, de São Paulo, de Belo Horizonte e de São João Del Rei (MG). Outro dado interessante explorado pelo autor é

¹⁰ O primeiro estatuto da Associação dos Ex-Combatentes foi elaborado e aprovado em novembro de 1946, na 1ª Convenção Nacional.

¹¹ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000.** São Paulo. Tese de Doutorado em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2003.p.244.



o fato de que, no início, a maioria dos filiados às seções possuía instrução primária e ocupavam empregos medianos e subalternos, notando-se também a ausência de oficiais superiores da FEB entre os primeiros associados, compostos em maior expressão por associados civis que lutaram na guerra como soldados.

As atuações iniciais dos associados foram variadas abrangendo a organização de eventos e a busca por aumentar os quadros associativos, por seus membros mais assíduos. Havia associados que surgiam raramente para obter consultas sobre seus direitos ou até mesmo ajuda material. Segundo o relatório do Conselho Nacional da AECB, os ex-combatentes estavam assim divididos em três grupos:

O primeiro é constituído por aqueles que, voltando da Itália, permaneceram nas forças armadas ou, ao serem desmobilizados, tinham emprego publico do qual se afastaram por consequência da guerra. O segundo, daqueles que carregam em si as cicatrizes da guerra, a neurose, a tuberculose, etc, que precisam ser amparados. O ultimo grupo – o maior – está constituído de ex-combatentes que, deixando a farda e gastando suas economias se viram de um momento para o outro sem emprego ou inadaptados as novas funções civis. Do ponto de vista da Associação, o primeiro grupo, não sentindo o problema dos veteranos de guerra no após guerra, pouco veio se interessando pela sua sorte ou pela sorte da Associação. O segundo grupo nada pode fazer pela Associação, de vez que necessita de seu amparo. O ultimo, na verdade o único que vive as situações das Seções, frequenta suas reuniões e participa do movimento dos veteranos em defesa de suas reivindicações, pois que sente verdadeiramente o problema do abandono do desemprego e do ostracismo a que foram relegados.¹²

A estrutura física da grande maioria das seções era precária, tendo suas sedes alugadas e em prédios de baixo porte. As finanças também eram restritas, pois as seções dependiam da contribuição dos filiados, que nem sempre acontecia, pois muitos eram inadimplentes. Havia também os associados que, ao ter suas necessidades sanadas,

¹² Relatório do Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil, apresentado ao plenário da 2ª Convenção Nacional. **Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, p.3, 16 nov.1948.



abandonavam a associação sem pagar suas mensalidades. Muitas vezes, o trabalho realizado era de cunho voluntário. Para o primeiro presidente da Associação dos ex-combatentes do Brasil seção SP, Raimundo Paschoal Barbosa, havia um número bastante expressivo de médicos e advogados militantes ou simpatizantes do Partido Comunista que atendiam os ex-combatentes gratuitamente, ou por um valor simbólico¹³.

Uma importante característica dos anos iniciais das associações foi a participação ativa de expedicionários de esquerda, ligados ou não ao PCB. A seção de São Paulo se constituiu em um claro exemplo deste envolvimento. Fundada no final de novembro de 1946, e logo filiada à AECB, por Gervásio Gomes de Azevedo (ex-sargento), Raimundo Paschoal Barbosa (soldado), Abrahão Abait (soldado), Dionísio de Vechi e Antonio Sá Rodrigues, sendo que os três primeiros eram ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Gervásio Gomes de Azevedo foi, inclusive, deputado constituinte por São Paulo em 1946 pelo PCB. A participação de membros de esquerda não se restringiu apenas à seção de São Paulo, mas também foi observada nas demais seções pelo país, onde houve expressivo envolvimento de militantes ou simpatizantes do PCB. Acostumados com as organizações sindicais e colocando em prática a política de células pregada pelo partido, esses membros ocuparam posições importantes nas diretorias das seções e posteriormente no Conselho Nacional.¹⁴

Devido ao descaso sofridos pelas as associações sofriam das autoridades tantos locais como nacionais, surgiu no seio da AECB uma disputa entre duas práticas de ação pública. De um lado os que compreendiam que a luta pelos benefícios e direitos dos expedicionários era política e que só obteriam êxito em suas reivindicações por meio de uma mobilização constante, sendo o dever dos ex-combatentes opinarem e agirem no que tange aos assuntos do Brasil. Do outro lado, existiam os que não aceitavam essa prática, colocando-se terminantemente contrários a qualquer ação de cunho político ao considerar que a Associação dos Ex-Combatentes não era o espaço apropriado para questões partidárias.

¹³ BARBOSA, Raimundo Pascoal. Depoimento. [2003]. São Paulo: **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000.** Entrevista concedida a Francisco César Alves Ferraz em 2001.p.261.

¹⁴ SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 248.



O embate entre essas duas concepções foi inevitável, principalmente no período entre 1946-1949, durante o qual os expedicionários comunistas freqüentavam assiduamente e dirigiam a AECEB. Esses associados de esquerda, sobretudo na seção da Capital Federal, adotaram práticas de contestação, defendendo a concepção de exigirem seus direitos e tornando-se independentes de favores das autoridades. Essa postura ficou evidente no discurso do então presidente da Associação dos Ex –Combatentes do Brasil-RJ, Pedro Paulo Sampaio de Lacerda

*(...) tem os ex-combatentes consciência de seus direitos e por terem tal consciência é que, sem bajulação, sem subserviência e sem elogios desnecessários e importunos aos poderosos, mas de cabeça erguida e convictos da justiça, de sua causa, através de nossa querida Associação, já conquistaram considerável número de vitórias e haverão de conquistar muitas outras. Entretanto que fique bem caracterizado à aqueles maus companheiros. O regime de favores destrói, portanto, a união de uma coletividade, desperta o egoísmo e abre caminho para a destruição da Democracia que é, essencialmente, o regime do povo e pelo povo, e para o povo. Os ex-combatentes sabem que o caminho a seguir é o que vem trilhando sua Associação, a estrada da luta pelos seus mais sagrados direitos.*¹⁵

Os associados de esquerda, entusiastas nos primeiros anos, além de confiarem na conscientização dos veteranos de que somente a firme defesa de seus direitos possibilitaria as conquistas dos benefícios, defendiam ainda que os companheiros não deveriam reivindicar apenas seus direitos, mas, sobretudo, defender conquistas sociais para toda a sociedade brasileira. Esta postura pode ser comprovada pela afirmação do associado comunista Salomão Malina publicada no periódico O Ex-Combatente,

De nada adiantará arranjar-mos emprego para um ex-combatente se nesse ínterim dois outros tiverem perdido os seus. É por isso que devemos lutar

¹⁵ LACERDA, Pedro Paulo Sampaio de. Direitos e não favores. **Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, p.1, n.14, fev.1948.



*por medidas que nos dêem nossa independência econômica, tais como a exploração de nosso petróleo, aço, nacionalização de energia elétrica, etc.*¹⁶

Apesar dos estatutos da AECB proibirem atividades de cunho político-partidário de seus associados, estas discussões sempre estiveram presentes nas associações de forma aberta ou não. Ferraz explora as duas concepções políticas que se enfrentavam no interior da AECB e afirma que,

*Desta maneira, havia pelo menos duas propostas diferentes para as práticas públicas da associação. De um lado, uma tendência de esquerda, que era mais contestadora e que propunha ir além das reivindicações dos problemas específicos dos ex-combatentes, associando os problemas nacionais aos dos expedicionários. Seu relacionamento com as autoridades era tenso, não apenas por cobrar intransigentemente seus direitos e não esperar por favores de governantes e de seus prepostos, mas, principalmente, porque tais práticas eram largamente associadas, na cultura política brasileira da época, com o comunismo. Foi justamente neste período entre o final da década de 40 e primeira metade da década de 50, que as polarizações da guerra fria se tornaram mais intensas no Brasil. Reivindicações de expansão dos direitos políticos, civis e sociais, ou manifestações de cunho nacionalista, que tivessem o mínimo indício de apoio de grupos de esquerda, eram logo taxadas de comunistas, subversivas, e seus defensores acusados de “inocentes úteis” (na melhor hipótese) ou de estarem a “soldo de Moscou” (na pior). Do outro lado, havia o outro grupo de membros da associação, que era maioria no quadro dos associados, onde às questões políticas eram deixadas de lado, e o que se discutia e lutava era em torno das problemáticas dos veteranos, colocando-se por um viés mais conservador, portanto anticomunista.*¹⁷

O envolvimento dos comunistas na Associação de Ex-Combatentes foi recebido com extrema preocupação por setores à direita da AECB e até fora delas, a

¹⁶ Malina Salomão. Sobre a Convenção Nacional. **Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, p.4, n.24, out. 1948.

¹⁷ FERRAZ, Francisco César Alves, op.cit, p. 303.



exemplo da hierarquia das Forças Armada. Essa politização das questões sociais dos veteranos acarretou uma crise interna nas associações, causando uma divisão política que, no futuro, definiria o papel político das associações e seus posicionamentos. Os setores anticomunistas usaram essa politização para atacar e acusarem os veteranos de esquerda dentro das associações por meio da imprensa. Os direitistas argumentavam que as associações não eram espaços de debate político e que a tentativa por parte dos comunistas de usar a associação para fins partidários provocava a desagregação dos companheiros, além de usurpar o prestígio da FEB para causas políticas. Tal postura pode ser vislumbrada em discursos como o do comandante da FEB, o General Mascarenhas de Moraes, que explicitou o evidente confronto ideológico no interior da Associação:

*A Imprudência de alguns delegados da causa expedicionária, que, com propósitos velados, pretendem, há muito, desviar as associações dos ex-combatentes de sua finalidade eminentemente cívica e essencialmente restrita à sobrevivência de nossas glórias, à assistência aos nossos camaradas e as suas famílias, à veneração e respeito aos que morreram ou foram mutilados. Já temos perdido terreno no conceito da opinião pública e de nossas autoridades, por pretenderem aqueles delegados se imiscuir em assuntos que não interessam aos ideais precisos e definidos das associações dos ex-combatentes. Somos brasileiros que (...) muito e muito fizeram pela honra e soberania do Brasil, pela liberdade e direitos do homem e das nações. Nem por isso, no entanto, podemos explorar o título de ex-combatentes para conduzirmos os problemas magnos da Nação, entrechocando-nos com os partidos políticos e intervindo nas querelas internacionais. (...) Servir-se dos ex-combatentes e de suas glórias para disputar idéias e opiniões que não solucionam os seus males físicos e morais é crime contra a dignidade expedicionária.*¹⁸

¹⁸ Mensagem do Marechal Mascarenhas de Moraes aos Expedicionários Brasileiros. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1949. Arquivo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (doravante AMNMSGM). Rio de Janeiro. Segundo informação constante no documento, esta mensagem foi publicada em vários jornais do país.



Em contrapartida, com base em uma vertente ainda mais contestadora, os comunistas decidiram levar tanto as problemáticas dos ex-combatentes quanto às do Brasil para fora das associações alegando que não bastava introduzir na AECB as discussões sobre os problemas do país. Para estes associados, era preciso fazer também o caminho inverso, ou seja, levar à população os problemas que afligem os ex-combatentes. A concretização dessa postura ocorreu com o Desfile do Silêncio – conhecido também como a Passeata do Silêncio - organizada pela Associação do Rio de Janeiro em julho de 1947. O desfile possuiu como objetivo maior entregar aos vereadores e aos deputados documentos com as reivindicações dos expedicionários. O evento foi apoiado por estudantes e por parte da imprensa, tendo no discurso do então presidente comunista da seção do Distrito Federal, Sampaio de Lacerda, seu ápice. Lacerda destacou em seu pronunciamento a luta dos expedicionários na Europa, colocando, porém, que agora esses guerreiros cobravam seus direitos, não necessitando de favores nem de privilégios, mas sim de justiça¹⁹. A passeata despertou certa atenção e alguns deputados e vereadores discursaram prometendo melhorias na situação dos ex-combatentes. O fato é que, após a manifestação, existiu certo progresso nesse sentido acarretado por um maior interesse por parte das autoridades: alguns ex-combatentes obtiveram vagas no serviço público e houve melhorias nos atendimentos hospitalares. Segundo Ferraz²⁰, meses depois os ex-combatentes voltaram ao esquecimento de outrora, não havendo registros um evento semelhante, uma vez que essas manifestações não contavam com o apreço da maioria dos associados que estavam preocupados com o proveito político que os companheiros esquerdistas poderiam extrair com essas manobras. Este posicionamento amparou-se nas acusações de que as passeatas seriam demagogas, por exporem os expedicionários necessitados e com feridas de batalhas pelas ruas da cidade, em benefício de um partido político, no caso o PCB.

Tentativas de amenizar este conflito foram feitas buscando uma conciliação entre os lados opostos. A Convenção criou o Conselho Nacional, elegendo para tal um veterano insuspeito de comunismo, o cabo Oswaldo Gudole Aranha, sendo o seu vice o

¹⁹ LACERDA, Pedro Paulo Sampaio de. Direitos, e não favores. **Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, Ano II, Nº 14, fev. 1948, p. 1, 5.

²⁰ FERRAZ, Francisco César Alves, op.cit. p.297.



militante comunista Salomão Malina, mesclando ainda os demais cargos do Conselho Nacional entre comunistas e não-comunistas. Porém, essa tentativa não surtiu o efeito desejado. Internamente e externamente à AECB, ocorriam acusações de práticas e pregações comunistas, questionando também o Conselho Nacional e as sedes filiadas. Um exemplo claro dessas acusações é assim relatado por Ferraz:

... surgiu a idéia de fazer entre os dias 15 e 19 de novembro, uma Convenção Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil. Sua finalidade principal, além de congregar ex-combatentes da FEB, FAB, Marinha de Guerra e Mercante, era estabelecer as estruturas nacionais das associações e propor, para o governo do General Dutra, medidas unificadas de amparo e readaptação dos ex-combatentes à vida civil. A Convenção seria realizada nas dependências do Teatro Municipal, no Rio de Janeiro. Uma onda de boatos associando a Convenção dos Ex-Combatentes com o comunismo internacional colocou em risco a realização do evento. No Exército e no governo Dutra, havia má vontade explícita para com os ex-combatentes e seu congresso. Entendendo que a convenção dos veteranos da FEB seria uma provocação ao seu governo, Dutra não apenas não apoiou encontro, como contribuiu para boicotá-lo. O Teatro Municipal do Rio de Janeiro, alugado para solenidades de abertura do encontro, foi negado aos ex-combatentes na véspera do encontro. As razões não foram expostas oficialmente, mas havia rumores que o cancelamento das reservas se deu à suspeita de que tal encontro seria promovido pelos comunistas. (...) Um incidente entre O Ex-Combatente e presidente da associação de ex-combatentes de Porto Alegre, Newtair Pithan e Silva, e o senador paraense e general reformado Magalhães Barata, mostra bem o estado de ânimo em que estavam ex-combatentes e autoridades com relação ao evento²¹.

Em 1947, um grupo de oficiais militares da ativa liderados por Humberto Castelo Branco, assustados com o envolvimento e força dos comunistas dentro da

²¹ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou:** a reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000. São Paulo. Tese- Doutorado em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2003. Pag. 296.



AECB, começou a planejar uma nova organização para os veteranos. Mesmo sendo civil, o presidente do Conselho Nacional, Oswaldo Aranha, juntamente com o oficial Henrique Cordeiro Oest²², foram a essa reunião a fim de convencer os oficiais que tal cisão enfraqueceria a causa dos ex-combatentes. Mesmo aprovada com uma esmagadora votação, essa nova organização nunca saiu do papel.

No final de 1947, o conflito dentro da AECB atingiu seu ápice quando um dos diretores da AECB-DF e membro do Conselho Nacional, Salomão Malina, foi preso por resistir ao fechamento do jornal comunista que dirigia, sob pena da Lei de Segurança Nacional. Lei esta que foi utilizada pelas autoridades policiais do governo para prender suspeitos de subversão. Das seções de São Paulo, Goiânia, Salvador, Porto Alegre e a do Distrito Federal emergem protestos contra as prisões - Malina não foi o único expedicionário detido, o deputado pelo PCB e Membro do Conselho Nacional Gervásio Gomes de Azevedo também o foi. Esses protestos se evidenciaram nas publicações do jornal *O Ex-Combatente*:

Foi um acontecimento sem par o ato público em homenagem ao Ex-Combatente Salomão Malina, realizada no dia 25 de setembro na A.B.I. O auditório que se encontrava repleto, era pequeno para contar o grande número de pessoas presente (sic) ao grande movimento ora liderado pelos ex-combatentes e estudantes que, unindo-se, iniciaram uma rigorosa campanha pró-libertação desse ex-combatente, condenado a pena de 6 anos e 3 meses por um crime que não cometeu. A solenidade foi dirigida pelo Presidente da Comissão Pró-Libertação de SALOMÃO MALINA, que convidou para participar da mesa, o Sr. Milton Elci Vaz, representante do Conselho Nacional das Associações dos Ex-Combatentes; Oswaldo Aranha Filho, Egídio Squeff e outros jornalistas presentes a solenidade. Além desses, tiveram assento também à mesa, diversos representantes da classe estudantil e o representa da Associação dos Ex-Combatentes - Secção do Distrito Federal, Sr. Daniel Pereira de Souza. Os trabalhos tiveram início com a palavra do presidente da mesa, que apresentou ligeiros dados

²² Henrique Cordeiro Oest foi deputado federal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) pelo estado de Alagoas tendo seu mandato cassado em 1947 quando seu partido entra novamente para a ilegalidade.



*biográficos do homenageado, enaltecendo as suas qualidades de cidadão, na vida militar e civil, e encarecendo a necessidade dos ex-combatentes, do povo e dos estudantes se unirem para libertá-lo da prisão, onde se encontra injustamente. Falaram ainda, o tenente Milton Elói e os diversos representantes das entidades que se fizeram representar. Todos, ressaltando o heroísmo, as qualidades e reclamando a sua imediata libertação.*²³

Ainda em 1947, as pressões políticas em torno da AECB aumentaram e como consequência o presidente do Conselho Nacional, Oswaldo Aranha, renunciou alegando sua incompatibilidade com as idéias e práticas ocorridas na Associação, referindo-se às ações dos associados comunistas. Novas eleições foram necessárias por conta do licenciamento do presidente da associação fluminense e pelo fato do vice, Salomão Malina, estar incapacitado de assumir sua função por encontrar-se preso. Em outubro de 1947, uma chapa única apoiada por comunistas e não-comunistas lança Humberto Castelo Branco como presidente e Sampaio de Lacerda como primeiro secretário. Com apenas uma legenda concorrendo, tudo levava a crer que a eleição se desenrolaria apenas para cumprir os ritos eleitorais estabelecidos pelos regimentos internos da Associação. Porém, de última hora, o major e deputado recém cassado do Partido Comunista, Henrique Oest e o civil e militante comunista Jacob Gorender organizaram uma chapa concorrente, agravando ainda mais a situação. A chapa de Castelo vence por uma margem mínima de votos, 13 votos, e presidindo a AECB-DF por quatro meses.²⁴ A situação de conflito dentro das associações era irreversível, tanto na seção da Capital Federal - a mais importante - quanto no Conselho Nacional. Em 1948, novas eleições foram realizadas, tendo como vencedor o grupo anticomunista liderada pelo coronel Delmiro Pereira de Andrade, em detrimento da chapa comunista liderada por Henrique Oest.

O golpe final contra os comunistas na AECB foi dado no final de 1948 e 1949, nas eleições para a seção do Distrito Federal e na destituição do então presidente do Conselho Nacional da AECB, Sampaio de Lacerda, esquerdista, que foi destituído por

²³ Liberdade para Salomão Malina. **O Ex-Combatente**, Rio de Janeiro, p.1,n. 23, set.1948.

²⁴ DULLES, John Foster. **Castelo Branco**: a caminho da presidência. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 170-171.



conta de seu apoio a um congresso suspeito de ter sido organizado pelos comunistas. A partir desse período as lideranças hierárquicas das Forças Armadas participaram ativamente do processo de caça aos comunistas, culminando no progressivo afastamento dos veteranos das associações. Para Jacob Gorender, soldado da FEB e ativo participante da ala comunista nas lutas da AECB, as ordens de intervenção nas associações partiram do próprio Ministério da Guerra: *“Foi uma ação mais ou menos concertada. Eles (os oficiais superiores anticomunistas) tomaram conta das diretorias. Desde então, as associações de veteranos se tornaram apêndices das Forças Armadas”*.²⁵

Os comunistas nunca foram unanimidade na AECB, mesmo sendo assíduos membros em seu início, pois muitos ex-combatentes não se identificavam com as práticas e ações desse grupo. A maioria dos associados sempre manteve posturas mais conservadoras ao alinharem-se à direita nas questões políticas. O fato de os comunistas levarem para dentro das associações problemas da nação, e *vice e versa*, nunca agradou os associados. Pelo contrário, quanto mais se acirrava a disputa pelo controle da Associação, mais os expedicionários, alheios a essas questões, se afastavam. Muitos ex-combatentes apenas freqüentavam aquele espaço a fim de buscar auxílio para suas dificuldades, fossem elas físicas, psicológicas, financeiras ou até mesmo para desfrutar do convívio social que as associações proporcionavam. A militância comunista pouco ocultada, de alguns setores, contribuiu muito para a antipatia dos demais companheiros. Embora tenha havido Ex-Combatentes comunistas que evitaram misturar as lutas de seu partido com as dos veteranos. Outro fator primordial nesse distanciamento foi a pouca abrangência das ações comunistas em relação aos ex-combatentes necessitados. Segundo alguns depoimentos, como o de Boris Schnaiderman²⁶, vários ex-combatentes deixaram de freqüentar as reuniões e as associações, por não concordarem com as

²⁵ GORENDER, Jacob. Depoimento. [2003]. São Paulo: **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000.** Entrevista concedida a Francisco César Alves Ferraz em 2003.p.302.

²⁶ SCHNAIDERMAN, Boris. Depoimento. [2003]. São Paulo: **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000.** Entrevista concedida a Francisco César Alves Ferraz em 2001.p.304.



práticas políticas dos dirigentes do Conselho Nacional e de algumas seções, temendo ainda serem vistos como comunistas.

Vencidos nas eleições do Conselho, perseguidos pelas novas lideranças que eram atreladas à hierarquia militar – pois, com o embate político cada vez mais oficiais da ativa começaram a se infiltrar nas associações, para controlar e afastar os comunistas - e colocados na ilegalidade, os veteranos comunistas se afastaram das associações. Esse isolamento e o afastamento dos veteranos de esquerda ficaram evidentes nas direções gestoras seguintes. No jornal O Ex-Combatente, a linha editorial se alterou, tornando-se comuns artigos que enalteciam a nova direção conservadora e atacavam os ex-combatentes de esquerda:

Os problemas de nossos pracinhas com os objetivos políticos de seu partido, e que se congratulavam com a nova fase da associação, sem explorar as suas chagas gloriosas (do Ex-Combatente), e suas misérias em benefício de um partido (...), sem distribuir volantes de propaganda, sem passeatas para obrigar nossos mutilados a exporem suas feridas em público sem cartazes em que se misturava o nome dos ex-combatentes com as reivindicações de um partido político.²⁷

Os comunistas se afastaram das atividades dirigentes das associações, ora voluntariamente ora, em sua grande parte, motivada pelas perseguições. A partir de então, alguns continuaram freqüentando as seções, enquanto outros se desligaram da AECB. O fato é que após 1950 não se registrou mais nenhum conflito entre esquerda e direita nas associações, alinhadas cada vez mais com a hierarquia das Forças Armadas, ou seja, a um viés conservador. As associações de ex-combatentes existem até hoje, fortemente ligadas as Forças Armadas.

Cabe ressaltar que o conflito entre os grupos de esquerda e de direita dos veteranos de guerra antecipou as práticas de intimidação que seriam a base dos conflitos internos do Exército nas décadas de 1950 e 1960, com o exacerbado anticomunismo dos

²⁷ A nossa causa. **O Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, p.1.n. 36,dez. 1949.



militares e alguns conflitos de caráter nacionalista. Estas práticas anticomunistas culminaram com o golpe civil-militar de 1964, no qual alguns ex-combatentes da 2ª Guerra mundial tiveram papel importante.

Considerações Finais

Nesse trabalho procurou-se mostrar a participação relevante de grupos de esquerda na instituição militar, especificamente, no pós-guerra. O grupo estudado, os veteranos de guerra da FEB, ao retornar para as atividades civis e militares, procurou reunir-se em associações de ex-combatentes. Tais associações, como mostrado nesse trabalho, tinham funções sociais, assistenciais e também políticas, apesar do cuidado por parte das autoridades militares para as associações não se tornassem um espaço de disputa político-ideológica. Em relação a esse embate político, os confrontos aqui analisados mostraram a clara divisão entre os veteranos e como as ideologias à esquerda eram fortemente combatidas no seio da instituição militar. Ao fim do período estudado, constatou-se a vitória da ala conservadora das associações, responsável pela hegemonia de expressões políticas conservadoras que perdura até os dias de hoje.

Referências Bibliográficas:

Fontes Orais:

- Jacob Gorender. São Paulo, 30 Novembro, 1999.
Neltair Pithan e Silva. São Paulo, 31 Março, 2000; 07 Abril, 2000.
Raimundo Paschoal Barbosa. São Paulo 07 Junho, 2001
Salomão Malina. São Paulo, 29 Janeiro, 2002.

Fontes Impressas:

- Arquivo do Conselho Nacional da Associação de Ex-Combatentes do Brasil.
Estatutos e regimentos da Associação de Ex-Combatentes do Brasil.
Coleção do jornal Ex-Combatente (1947-1953 – incompleta).



Livros:

DULLES, John Foster. **Castelo Branco: a caminho da presidência.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000.** São Paulo. Tese- Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2003.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil.** 2ed. vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.